

SER E ESTAR PERANTE A MORTE NO PORTO
DOS SÉCULOS XIX E XX:
REFLEXOS NO PATRIMÓNIO CEMITERIAL

D. GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA

«La standardisation de la mort sera de plus en plus le reflet de la normalisation de la vie».

MICHEL RAGON — *L'espace de la mort*, p. 317.

A perspetivação do fenómeno da morte, enquanto manifestação do destino, com reflexos no agir e no pensar do Homem, alcança foros de ostentação e devoção social no deambular acidentado do século de oitocentos, na cidade do Porto. A fase da Guerra Civil, que assola particularmente a cidade (1832-1833)¹ traz por consequência a preocupação de enterrar os mortos² e a nova orientação político-filosófica reguladora dos destinos da Nação faz com que logo em 1833 o Imperador D. Pedro, Regente em nome de sua filha, menor, D. Maria da Glória, determine a necessidade urgente de criação de um Cemitério Público na urbe portuense.

Os mortos encontravam, até aí, na proximidade de Deus e do Altar, dentro dos Templos ou, no exterior, nos adros, a sua derradeira morada.

¹ SORIANO, Simão José da Luz — *Historia do Cerco do Porto*. Porto, A. Leite Guimarães - Editor, 1889-1890.

² «Com o cerco do Porto, os mortos foram tantos, devido à peste, que se julgou indispensável enterrar os mortos no corpo térreo da igreja da Trindade, ainda em construção, e que mais tarde foi ladrilhado, cobrindo assim, para sempre, os mortos que lá ficaram a repousar eternamente». COUTINHO, B. Xavier —

Se bem que não possamos falar de aumento demográfico nos finais do século XVIII e princípios do século XIX³, as primeiras décadas do novo século assistiram a um elevado número de mortes, o que deu origem ao erguer de vozes⁴ plenamente discordantes face a enterramentos dentro dos templos⁵, e, com o passar dos anos, mesmo face a cemitérios implantados junto de zonas habitacionais⁶.

História documental da Ordem da Trindade, Vol. 2, Porto, Edição da Ordem da Trindade, 1972, p. 806.

³ Vd. SOUSA, Fernando Alberto Pereira de — *A população portuguesa nos incios do século XIX* (dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto, s.n., 1979, p. 188. São os seguintes os dados registados pelo Prof. Doutor Fernando de Sousa para o número de habitantes das sete freguesias portuenses (Sé, S. Nicolau, Vitória, Santo Ildefonso, Miragaia, Cedofeita e Massarelos): 1787, 52.010 habitantes; 1794, 40.191 habitantes; 1798, 43.552 habitantes; 1801, 44.218 habitantes.

⁴ É o caso de Francisco de Assis de Sousa Vaz, Professor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, que se revela fundamental para a compreensão do surgimento do primeiro Cemitério Público do Porto, através da sua obra *Memoria sobre a inconveniencia dos enterros nas igrejas, e utilidade da construcção de Cemiterios*. Porto, Imprensa de Gandra & Filhos, 1835. Sobre a importância da figura de Sousa Vaz, vd. BRUNO, [Sampaio] — *Portuenses illustres*, Tomo 2, Porto, Magalhães & Moniz, 1907, p. 404 a 408.

⁵ Carta de Cândido José Xavier dirigida à Câmara Municipal do Porto, datada da mesma cidade de 8 de Março de 1833, em que afirma: *«Sendo de maior importancia para a saude publica que não se continue a dar sepultura nas Igrejas, claustros e logares cobertos (...) é indispensavel, para consagrar este uzo, estabelecer cemiterios publicos, onde aquellas informações venham a ter lugar»*. A.H.M.P. (Arquivo Histórico Municipal do Porto), *Próprias*, L^o 27, f. 352. Também em 1833, em carta de Agostinho Albano da Silveira Pinto ao Juiz do Crime do Bairro de Santa Catarina, num período de elevada mortalidade, se fazem sentir as preocupações com um correcto enterramento dos mortos: *«Consta a esta Commissão, que no Destricto do Snr. do Bonfim que pertence á Freguesia de Campanham, cuja igreja está fora das linhas de defesa, se enterrão, por ordem do Commissario do Destricto, os mortos em sitio, proximo da Capella sim, mas tão exposto ao publico, que deve evitar-se-lhe; (...) rogo pois a Sua Senhoria (...) afim de que o enterramento e inhumações se fação em sitio que reuna as condições essenciaes na epocha actual»*. Manuscrito da Collecção do Autor.

⁶ Entre vários outros casos, poderemos referir os encerramentos dos Cemitérios do Hospital Real de Santo António, bem como o Cemitério da Graça, este em 1848 (DIAS, Vítor Manuel Lopes — *Cemitérios: jazigos e sepulturas*. S.l., Ed. do Autor, [1963], p. 101). Face ao encerramento do Cemitério do Hospital Real de Santo António, vejamos a cópia da carta escrita pelo Governador Civil do Distrito do Porto, Joaquim José Dias Lopes de Vasconcelos (sobre este Governador Civil,

O liberalismo português, encapuçado pelas justificações de teor higiénico ⁷, avança com a progressiva implantação de Cemitérios Públicos ⁸, que, de facto, não só contribuíam para uma melhor qualidade de vida, como igualmente sedimentavam uma politização do fenómeno da morte, vencendo a sua disputa com o Clero, em cujo domínio permanecera durante séculos. Daí que ao invés de falarmos de uma dessacralização da morte, melhor seria falarmos numa sua desclericalização.

Por outro lado, a preocupação, por vezes consciente, outras inconsciente, de erguer jazigos-capelas nos Cemitérios é bem tradutor

vd. CAMPO BELLO, Conde de (D. Henrique) — *Um Governador Civil do Porto Poeta*. «O Tripeiro», Porto, 5ª Série, 3 (2), Junho de 1947, p. 30 a 33) ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Dr. António da Silva Guimarães (sobre este Provedor, vd. FREITAS, Eugénio A. da Cunha e; MENDES, António Lopes — *Provedores e escrivães da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto, s.n., 1990, p. 35): «Tendo na devida consideração o que me apresentarão os proprietários e inquilinos dos predios visinhos do terreno que serve de Cemitério do Hospital Real de Santo António, sobre os inconvenientes dos enterramentos que se fazem no dito terreno, accumulando grande numero de cadaveres em vallas, ou poços cobertos apenas com uma pequena camada de terra do que resulta sentir-se naquellas proximidades um fétido insuportavel (...) é por tão ponderozos motivos de absoluta necessidade a remoção do dito Cemiterio, como nocivo á salubridade publica». A.H.M.P., *Próprias*, Lº 77, f. 167.

⁷ Em carta do Administrador Geral do Distrito do Porto, Joaquim Veloso da Cruz [sobre esta personagem do Porto oitocentista, vd. FERREIRA, Luís Velloso — *Vellosos, de Santa Tecla de Geraz: sua ascendência e descendência*. Porto, Livraria Esquina, 1994, p. 19 (para a sua representação iconográfica, vd. p. 21 e 31); PEREIRA, António Manuel — *Os Governadores Civis do Distrito do Porto*. «Boletim Cultural», Câmara Municipal do Porto, Porto, 14 (1/2), Mar.-Junho 1951, p. 214 e 215] dirigida ao Presidente e membros da Vereação da Câmara Municipal do Porto, datada de 4 de Novembro de 1837, onde se pode ler: «Havendo algumas Juntas de Parochia deste Districto solicitado que se conceda para terem logar os enterramentos dos cadaveres dentro dos Templos das respectivas freguezias, allegando a falta de cemiterios publicos, e a insufficiencia dos adros das Igrejas; e considerando que tão pernicioso abuso não deve por mais tempo tolerar-se, por ser nocivo á saude publica, contrario á bem entendida civilisação, e opposto ás Leis vigentes que a cohibem ...» A.H.M.P., *Próprias*, Lº 44, f. 237.

⁸ No Porto, assistimos à inauguração do Cemitério Público do Prado do Repouso, em 1 de Dezembro de 1839, com a transferência dos restos mortais de Francisco de Almada e Mendonça (vd. SOUSA, D. Gonçalo de Vasconcelos e — *A transferência dos restos mortais de Francisco de Almada e Mendonça para o Cemitério do Prado do Repouso*. «O Tripeiro», Porto, 7ª Série, 13 (6), Junho de 1994, p. 181 a 185.

de que essa pretensa dessacralização é apenas, e também, uma questão de ponto de vista ⁹. Se a imposição legal de que os «*cemitérios deverão ser situados fóra dos limites das povoações*» ¹⁰ acaba por afastar, de forma cada vez mais acentuada, a morte do chão sagrado, e da proximidade aparente do divino, eventos paralelos como a implantação das Capelas Gerais dos Cemitérios ¹¹, tanto no de Agramonte,

⁹ Vd. LENCART, Joana Corte-Real — *A morte no Porto nos finais do século XIX* (trabalho policopiado apresentado na Cadeira de História Contemporânea de Portugal do Curso de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto). Porto, s.n., 1993, p. 7. «*Os primeiros jazigos começaram por ser uma imitação em escala reduzida das capelas laterais, conservando as suas principais formas*». É necessário, no entanto, considerar outras tipologias de jazigos que pululavam desde o início da sua construção nos cemitérios portuenses, como colunas encimadas por fogaréus ou por estátuas, estelas, montes de pedras encimadas por cruzeiros ou por anjos, arcos funerários, enfim. Vd., a propósito daquilo a que chamamos «*Iconografia da Morte no Porto do Século XIX*», no sentido de englobar as diversas imagens relacionadas com os cemitérios oitocentistas, seja no que se refere a plantas dos mesmos cemitérios, tipologias de construções funerárias, carros funerários, Capelas Gerais e das secções privativas, portões e representações associadas à morte como mortalhas, urnas, mochos, caveiras, ampolhetas, asas de morcego, etc., etc., os artigos do Autor, SOUSA, D. Gonçalo de Vasconcelos e — *Subsídios para uma Iconografia da Morte no Porto do século XIX (I)* (no prelo, a publicar na Revista «*Poligrafia*», Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, Arouca, n.º 3); *Subsídios para uma Iconografia da Morte no Porto do século XIX (II)* (no prelo, a publicar na Revista «*Humanística e Teologia*»); *Subsídios para uma Iconografia da Morte no Porto do século XIX (III)* (em preparação); *Subsídios para uma Iconografia da Morte no Porto do século XIX (IV)* (em preparação).

¹⁰ Decreto-Lei de 21 de Setembro de 1835, art.º 3. Cf. *Collecção completa da Legislação sobre estabelecimento de Cemiterios: enterramentos e transladações desde 1835 até hoje*. S.l., s.n., 1889, p. 17.

¹¹ Aquando da benção e inauguração do Cemitério de Agramonte, em 2 de Setembro de 1855, foi instalada uma capela de madeira destinada à realização dos serviços fúnebres (Cf. MARÇAL, Horácio — *A Rotunda da Boavista*. «*O Tripeiro*», Porto, 6ª Série, 10 (10), Outubro 1970, p. 295; PASSOS, Carlos de — *Guia Histórica e Artística do Porto*. Porto, Casa Editora de A. Figueirinhas, Lda, 1935, p. 303). A Capela actual, iniciada somente em 1870-71, apesar de sua planta ter sido aprovada em 24 de Maio de 1866 (A.H.M.P., *Plantas*, L.º 4, n.º46), foi benzida em 1874. Os trabalhos de estuque e mármore estiveram a cargo de António Almeida Costa, ligado à mais importante empresa de construções funerárias do Porto, a Almeida Costa & C.ª sita na Rua do Laranjal. No seu interior, divisam-se igualmente as pinturas de Silvestro Silvestri, de influência bizantina (vd. PASSOS, Carlos de — *O.c.*, p. 303). Quanto à Capela do Cemitério do Prado do Repouso, «*é a parte subsistente da igreja que a Mitra desejava construir para o serviço do Seminário*

como no do Prado do Repouso, como igualmente a pretensão das Ordens Terceiras, da Santa Casa da Misericórdia do Porto, da Irmandade do Terço e da Caridade e da Confraria do S. S. de Santo Ildefonso de construir templos nas suas secções privativas, constituem factores de equilíbrio, que impedem um total afastamento da Igreja de todo este processo, e a consequente laicização absoluta da morte. Outro factor que urge não esquecer é a bênção dos Cemitérios¹², que se revela como nova situação de compromisso nesta disputa, sobremaneira interessante, entre sagrado e profano, a propósito dos enterramentos no século XIX. Repare-se que até o processo de transferência da Quinta do Prado do Bispo, da Mitra para a Câmara Municipal do Porto, de modo a prover à instalação do Cemitério Público é sinal da constante conflitualidade entre a Igreja e poder político municipal¹³ neste aproximar dos meados da centúria de oitocentos, no que se refere à questão dos Cemitérios.

Episcopal a (...). Planta ortogonal; retábulo de mármore diversicolores de mau desenho; paredes estucadas e adornadas com os baixos relevos, em gesso, dalguns apóstolos e evangelistas». Cf. PASSOS, Carlos de — O. c., p. 302.

¹² A bênção do Cemitério do Prado do Repouso foi levada a cabo pelo Bispo Eleito do Porto D. Frei Manuel de Santa Inês em 1 de Dezembro de 1839 (vd. SOUSA, D. Gonçalo de Vasconcelos e — *A transferência dos restos mortais de Francisco de Almeida e Mendonça...*, O. c.). A bênção do Cemitério de Agramonte teve lugar em 2 de Setembro de 1855 (vd. PASSOS, Carlos de — O. c., p. 303). Em 12 de Setembro de 1855 o Pároco coadjunto de Cedofeita envia ao Presidente da Câmara Municipal do Porto a despesa havida com os Padres «que assistirão a bênção do novo Cemitério». A.H.M.P., *Próprias*, L^o 89, f. 270.

¹³ A transferência do «domínio e propriedade» celebrada em 13 de Outubro de 1838 da Quinta do Prado do Bispo (A.H.M.P., *Nota*, L^o 46, f. 76 v. a 78; vd. SOUSA, D. Gonçalo de Vasconcelos e — *Alguns elementos para a História dos Cemitérios Portuenses: I - Os contratos das Quintas do Prado do Bispo e de Agramonte*. «Museu», Círculo Dr. José de Figueiredo, Porto, 4^a série, n^o 2, 1994, p. 193 a 195) para a Câmara Municipal do Porto pôs termo a um conflito que grassava desde o início do mesmo ano entre o Bispo Eleito da Diocese, D. Manuel de Santa Inês, e a edilidade portuense, presidida por Luciano Simões de Carvalho (vd. *Os «Homens da Governança» do Município do Porto desde 1428 até 1949*. «Boletim Cultural», Câmara Municipal do Porto, Porto, 12 (3-4), 1949, p. 326), e que se traduziu em variada correspondência (A.H.M.P., *Próprias*, L^o 49, f. 317, 318 e 318v., 522, 583, 583v. e 584, 627 e 627v.; L^o 51, f. 133, 168). Dadas as grandes reticências do Bispo à concessão determinada pela Rainha D. Maria II em 5 de Março de 1838 da «porção que fôr necessária para fazer um Cemiterio Publico no sitio chamado = o Prado do Bispo» (*Collecção de Leis e outros documentos officiaes publicados no anno de 1838*, 8^a Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838, p. 72) foi necessário emanar uma

Seja ainda em vida, seja após a morte, mediante a acção da viúva ou dos testamenteiros, o portuense de posses do século XIX preocupava-se com a sua última morada. O modelo preferido revela-se a Capela, mas também não deixam de estar presentes, entre outros, o obelisco, a arca sepulcral e o baldaquino, consoante as disponibilidades económicas do encomendante ¹⁴.

Tal questão transporta-nos para uma das mais curiosas vertentes do fenómeno da morte: igualdade ou desigualdade na morte? Se esta a todos toca sem excepção, as suas manifestações a nível de um espaço específico, o Cemitério ¹⁵, como já antes, dentro dos templos ¹⁶, são bem sinais da desigualdade social que, presente no século XIX, se projectou no século XX ¹⁷. Não se pense, no entanto, que os que possuíam menos recursos económicos deixavam de ser enterrados, pois a legislação atribuía-lhes enterramento gratuito ¹⁸. Porém, tal como nas

determinação da mesma soberana na qual, diplomaticamente, se ordena ao Bispo Eleito D. Manuel de Santa Inês que terminasse com os obstáculos que havia levantado à referida cessão e que «*tem demorado a construcção do Cemiterio Publico, que alli se mostra de tão reconhecida utilidade*» (*Ibidem*, p. 381).

¹⁴ Em Lisboa foi-nos dado adquirir o manuscrito «*Relação e Sispeza (sic) de um monumento sepulchral, que fiz para o Cemiterio dos Prazeres, por ordem da Ill.ma Snr.ª D. Joaquina Margarida Dias Pereira, para colocar na sepultura do Ill.mo Snr. D. Joaquim do Coração de Jesus Dias seu tio*», que descreve o orçamento para o referido monumento, e outros pormenores, num total de 47\$020, sendo datado de 25 de Julho de 1845 e assinado por Francisco de Salles.

¹⁵ «*Tal como na vida, também na morte se distinguem as classes dos que podem e dos que pouco ou nada têm: São obras de arte, vitrais, grandes mausoléus, alguns de enormes proporções, a contrastar com campas rasas. É o luxo e o aparato, frente à humildade e à simplicidade*». COUTO, Júlio — *Monografia de Massarelos*. [Porto], Junta de Freguesia de Massarelos, 1993, p. 328.

¹⁶ «*Os poderosos e os ricos sepultavam-se por prosápia e fanatismo a peso d'oiro nos altares móres das cathedraes ou em templos erguidos a expensas suas; e os frades enfileiravam-se nos claustros espaçosos ou nas lendárias cryptas monachaes. A honra foi-se degradando de tal fôrma, e avolumando a receita e o beneficio da empresa exploradora, que por fim a prerogativa se transformou em direito commum e o pavimento da igreja foi franqueado para jazigo de todo o mundo*». Vd. JORGE, Ricardo d'Almeida — *Hygiene social aplicada á Nação portugueza*. Porto, Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos - Editor, 1885, p. 138.

¹⁷ Sobretudo devido aos elevados preços dos talhões de terreno para instalação do Jazigo.

¹⁸ «*Art. 3.º A condução, e enterramento dos méndigos, soldados, e de todas as pessoas, que não tivessem cem mil réis de renda, e como taes não houvessem sido considerados no recenseamento eleitoral, terão enterramento gratuito*». *Collecção*

idades dos vivos, também nos Cemitérios há distintos preços conforme a localização, o tamanho do talhão e o maior ou menor realce aos olhos de quem vê. Partindo, pois, do fenómeno igualitário que é a morte, rapidamente se atinge o plano das diferenças, que se reflecte na disparidade entre a simplicidade de certos jazigos e a monumentalidade e a riqueza de outros. A humildade que caracterizou a atitude perante a morte de determinadas pessoas, que pretendiam apenas uma lage e, cujo epitáfio era, por vezes, revelador da mais profunda simplicidade, é no século XIX afastada para dar lugar à ostentação, à grandeza, simbiose dos planos vida-morte, em que a grandeza e magnificência da vivência terrena contrabalançaria com uma morada eterna de igual semblante.

O fenómeno da transferência da ostentação da morada terrena para a morada final tem especial tradução no século XIX na colocação de pedras de armas, esculpidas em mármore¹⁹, em granito²⁰ ou brasões feitos de metal²¹ que, apesar de abundarem nos Cemitérios

de Legislação, publicada em 1834, depois da abertura das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa em 15 de Agosto. Lisboa, Impressão de Galhardo, e Irmãos, 1835, p. 90. Trata-se do art.º 3 do Decreto de 8 de Outubro de 1835.

¹⁹ É o caso da pedra de armas colocada no Jazigo de Família de Arnaldo Ribeiro de Barbosa, situado na Secção Privativa da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Jazigo nº 36, do Cemitério de Agramonte (Vd. NÓBREGA, Vaz-Osório da — *A Heráldica de Família nos lugares santos do Porto: Parte I: II — Em Agramonte*. «O Tripeiro», Porto, 5ª Série, 8 (2), Junho 1952, p. 54) ou da pedra de armas que podemos observar no Cemitério do Prado do Repouso, na Secção Privativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto, Jazigo nº 5, da Família dos Viscondes de Ermida (Vd. NÓBREGA, Vaz-Osório da — *A Heráldica de Família nos lugares santos do Porto. Parte I: I — No Prado do Repouso*. «O Tripeiro», Porto, 5ª Série, 7 (12), Abril 1952, p. 271).

²⁰ A presença do granito é comum na execução de pedras de armas cemiterials. É o caso de pedra de armas presente no jazigo de D. José Ferrão de Tavares e Távora (Partido: 1º Tavares; 2º Távora) no Cemitério Paroquial da Foz do Douro (Vd. Arquivo da Junta de Freguesia da Foz do Douro, *Jazigos (Capelas)*, Secção Norte, 8ª Secção, nº 3) e a do Jazigo dos Condes de Lagoaça, no Cemitério da Lapa (Vd. NÓBREGA, Vaz-Osório da — *A Heráldica de Família nos lugares santos do Porto. Parte I: IV — No Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa*. «O Tripeiro», Porto, 5ª Série, 9 (12), Abril 1954, p. 363).

²¹ Brasão da Família Frias, no Jazigo nº 325 da Secção nº 7, da Secção Privativa da Ordem Terceira de São Francisco, no Cemitério de Agramonte (Vd. NÓBREGA, Vaz-Osório da — *A Heráldica de Família nos lugares santos do Porto: Parte I: II — Em Agramonte*. «O Tripeiro», Porto, 5ª Série, 8 (3), Julho 1952, p. 80),

lisboetas ²², não almejaram a mesma proliferação nos seus congéneres portuenses ²³. São, no Porto, fundamentalmente, uma atitude oitocentista, pois a simplicidade que caracterizará a evolução do panorama cemiterial, à medida que avançamos século XX dentro, vai ocasionar o abandono progressivo da sua colocação, a que também não será estranha a alteração do regime político em 1910 e o consequente fim de concessão de cartas de brasão de armas.

O século XX traz consigo a libertação acentuada do espírito, a libertação progressiva dos rituais antigos, o progresso... A morte situa-se apenas no plano da separação afectiva, tocada, de quando em vez, por sentimentos piedosos, sobretudo ainda no interior, com o stress urbano a condicionar mentalidades, a alienar sentimentos... A morte torna-se, por assim dizer, mais um passo da vida.

Esta alteração básica de atitudes acaba por ter importantes reflexos a nível do Património Construído nos Cemitérios: se o século XIX produziu, em alguns casos, verdadeiros «Museus da Morte» ²⁴, o que se prolongou ainda nas primeiras décadas da actual centúria, o século XX veria progressivamente decrescer a arte da edificação cemiterial. Não se pense que se trata somente da intervenção do factor económico, pois encontramos casos oitocentistas em que se efectuaram despesas bastante avultadas para a época ²⁵. De facto, o plano de des-

ou o brasão do Jazigo do Capitão de Cavalaria José Francisco Lopes, situado na 57ª Secção (Jazigo nº 2828) do Cemitério do Prado do Repouso, um trabalho já do século XX (Vd. NÓBREGA, Vaz-Osório da — *A Heráldica de Família nos Lugares Santos do Porto: Parte I: I— No Prado do Repouso*. «O Tripeiro», Porto, 5ª Série, 7 (11), Março 1952, p. 245).

²² Com base nos brasões presentes nos Cemitérios Lisboetas, escreveu Rui Dique Travassos Valdez uma das mais interessantes obras (em dois volumes) de Heráldica aplicada ao contexto dos séculos XIX e XX na capital. Vd. VALDEZ, Ruy Dique Travassos — *Subsídios para a Heráldica Tumular Moderna Oisiponense*. Lisboa, s.n., 1948/1949; 1950/1970. Esta obra será brevemente reeditada com um Prefácio do autor deste artigo.

²³ Puderam ser identificados, quanto a Heráldica de Família, quinze brasões no Cemitério de Agramonte, sete no Cemitério do Prado do Repouso, cinco no Cemitério dos Ingleses, um no Cemitério Paroquial da Foz do Douro e catorze no Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa.

²⁴ Expressão utilizada por VAZ, Doutor Francisco d'Assis de Sousa — *O.c.*, p. 38.

²⁵ Um dos mais curiosos processos de edificação de um jazigo foi, sem dúvida, o do Dr. José Plácido Campiam, um dos maiores benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Deste modo, a Mesa da mesma Santa Casa, após um longo

valorização da morte acabou por originar o desprezo pelas edificações cemiteriais, não se devendo esquecer, igualmente, que os jazigos mais antigos são continuamente aproveitados, geração após geração, pelos membros da família, pois apesar do espaço poder ser exíguo, o ossário presente nos jazigos-capelas permite constituir o receptáculo para os restos mortais mais antigos.

A condicionante actual de uso de materiais nobres nas edificações cemiteriais ²⁶, o que se por um lado se justifica por uma necessidade de harmonia, por outro lado determina uma simplificação dos jazigos, reduzidos, em muitos casos, a uma mera lage sepulcral. Desvalorização pura e simples da morte e dos seus envolvimentos de edificação, ou atitude de humildade perante aquela que vai constituir a derradeira morada?

Alguns países, como a Inglaterra e os Estados Unidos, caminham para a solução do Cemitério-Jardim, espaço de comunhão plena entre morte e natureza, realizando a integração do Homem no meio ambiente e dando cumprimento ao ciclo natural vida-morte, desprezando a intervenção humana construída nesses locais.

Perante o desinteresse acentuado pelos Cemitérios, lugar apenas de visita no dia 1 de Novembro de cada ano, observam-se pesadas consequências em termos de um vasto Património, não nos parecendo uma boa solução apenas determinar o abandono dos jazigos ²⁷. Em Paris, no Cemitério do Père-Lachaise, um dos mais significativos Museus da Morte do Mundo Ocidental, com milhões de visitantes anualmente, o processo de averiguação de possíveis proprietários de jazigos declarados abandonados passa por um procedimento muito mais complexo, dando origem, inclusivé, a investigações de teor genealógico, e que

processo de apreciação do caso, resolve entregar a execução da referida construção funerária à Casa «Almeida da Costa & C^a», pela quantia de 3:900\$00 rs. Vd. Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto, *Actas das Sessões*, L^o 13 (de 10 de Julho de 1872 a 5 de Março de 1874), f. 155. Este jazigo será detalhadamente analisado em SOUSA, D. Gonçalo de Vasconcelos e — *Subsídios para uma Iconografia da Morte no Porto do século XIX (II)* (no prelo, a publicar na Revista «Humanística e Teologia»).

²⁶ «As paredes exteriores dos jazigos só poderão ser construídas com materiais nobres, como granito ou mármore, não se permitindo o revestimento com argamassa de cal, cimento ou azulejos, devendo as respectivas obras ser sempre convenientemente executadas». Vd. *Regulamento dos Cemitérios Municipais*, o.c., Capítulo VIII, Secção I, art. 543, p. 18.

²⁷ Vd. *Ibidem*, Capítulo VII, p. 16 e 17.

podem culminar com o restauro do monumento, a expensas públicas, quando a sua mais-valia patrimonial assim o justifique ²⁸.

Talvez o Cemitério, como Museu da Morte, possa hoje retornar àquilo a que verdadeiramente estava predestinado: de cidade dos mortos, abandonada, em parte, pelos vivos que a ela estavam ligados, passará a cidade-museu, pólo de atracção turística, com um público especial, o que pode implicar um conjunto de iniciativas que passam por:

- Inventariação dos espécimes cemiteriais com mais-valia patrimonial;
- Estudo do plano histórico em que surgiram especificamente os dois principais Cemitérios portuenses do Prado do Repouso e de Agramonte, a que acresceria em estudo artístico relacionado com os jazigos presentes nesses mesmos Cemitérios;
- Elaboração, para cada Cemitério, de um pequeno folheto, ou mesmo um livro, que guiaria os visitantes dentro do Cemitério;
- Colaboração no restauro dos jazigos mais significativos, reavivando as epígrafes que permitem, muitas vezes, identificar o monumento;
- Reformular o actual Regulamento Municipal dos Cemitérios ²⁹ de modo a estipular, com mais precisão e sentido patrimonial, as obras e a edificação de novos jazigos, procurando criar, dentro dos Cemitérios, áreas protegidas ³⁰.

²⁸ No Cemitério do Père-Lachaise encontramos o seguinte processo, aquando da situação de abandono dos Jazigos: 1º Declaração de abandono do jazigo; 2º Desenrolam-se esforços acentuados para encontrar descendentes ou parentes dos titulares do jazigo; 3º Caso estas investigações se revelem infrutíferas, exumam-se os ossos e colocam-se no ossário geral do Cemitério; 4º Reunião da «Comission d'Architecture Funéraire» (CAF) que decidirá do destino a dar ao jazigo. Caso possua mais-valia patrimonial, a sua preservação ficará a cargo das finanças públicas. Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e — *Cemitérios Portuenses: História e Arte* (Seminário policopiado apresentado no Curso de Ciências Históricas (Ramo do Património) da Universidade Portucalense), Vol. 1, Porto, s.n., 1994, p. 101.

²⁹ Datado de 21 de Julho de 1970. Vd. *Regulamento dos Cemitérios Municipais*, o.c.

³⁰ É o que sucede em certas áreas do Cemitério do Père-Lachaise, em Paris.

*«É assim, os vivos dos anos noventa perderam a intemporalidade e calculam o período de vida do sol e da Terra. Agarram-se ao que têm, aceleram a velocidade dos actos e dos factos, por não conseguirem manipular o tempo. A gravidade (por enquanto) é outro beco sem saída. Apenas nos resta manipular a matéria orgânica e a genética, para dilatar a vida e o tempo. O fim da história, são sempre os cemitérios»*³¹.

Conclusão

O Cemitério Romântico afirma-se como a expressão materializada do espírito individualista do século XIX³², perspectivando a ânsia do culto dos mortos³³, o que leva à edificação de esguias capelas ou de outros monumentos, onde, por vezes, surge a representação escultórica dos que faleceram³⁴. O século XX, no entanto, marca uma

³¹ CAMPINO, José Paulo — *O urbanismo, a arquitectura e a iconografia dos cemitérios*. «Agenda Cultural», Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Março 1993, p. 9.

³² «O cemitério foi o palco privilegiado destas atitudes, a começar pela exigência de individualização de todas as sepulturas consignada na própria lei. Na sua idealização, prometia-se que todos os indivíduos podiam, finalmente, ascender à sobrevivência, pois, como escreveu Baudrillard, sugeria-se que esta tinha passado de 'privilegio de alguns a direito natural de todos'. E foi esta expectativa que provocou a progressão da campa individual e uma maior utilização de materiais impercíveis (mármore) na urbanização e arquitectura do cemitério romântico». Vd. ANACLETO, Regina — *Arquitecturas medievais: memória e retorno* in Catálogo. «O Neomanuelino ou a reinvenção da Arquitectura dos Descobrimentos», Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Lisboa, 1994, p. 79.

³³ «Por um lado, os positivistas defendem o culto dos mortos como elemento do civismo: 'O túmulo desenvolve o sentimento da continuidade na família, e o cemitério o sentimento da continuidade na cidade e na humanidade', escreve Pierre Laffitte em 1874. Por outro lado, os católicos adoptam o culto dos mortos e defendem-no como sempre o tivessem praticado. Atitude paradoxal, já que, um século antes, a Igreja fora em parte responsável pelo desinteresse pelos cemitérios. Ela afirmava então que pouco importavam os restos mortais e só a vida eterna contava. Finalmente, a ciência deu o seu aval: os sábios provam que, para os vivos, não é perigoso viver na vizinhança de um cemitério e que as influências mefíticas, denunciadas um século antes, não passam de superstições». MARTIN-FUGIER, Anne — *Os ritos da vida privada burguesa* in «História da vida privada», Vol. 4, s.l., Círculo de Leitores, 1990, p. 226 e 227.

³⁴ Veja-se o monumento funerário do Conde de Ferreira, com a célebre estátua da autoria de Soares dos Reis, sito na secção privativa da Ordem da Trindade, no

separação progressiva entre a população e o cemitério: a morte surge funcionalizada ³⁵, o cemitério como lugar de temor, de que se não gosta de falar, rejeitado pelos vivos como que afastando um destino mais ou menos próximo.

Se os Cemitérios foram sendo concebidos como verdadeiras cidades da Morte, eles tornaram-se um importante Património que urge preservar e valorizar; numa perspectiva cultural, estudando-os e conservando-os. Os Cemitérios mais antigos e ricos em edificações funerárias (como o do Prado do Repouso, o de Agramonte e o da Lapa, no Porto), podem mesmo voltar a reassumir o antigo papel de Museus da Morte ³⁶.

Cemitério de Agramonte; o busto do Dr. José Plácido Campiam, na Secção Privativa da Santa Casa da Misericórdia do Porto, no Cemitério do Prado do Repouso; o busto do Pintor Joaquim Lopes, no Cemitério Paroquial da Foz do Douro, entre muitos outros exemplos que poderiam ser aqui referidos.

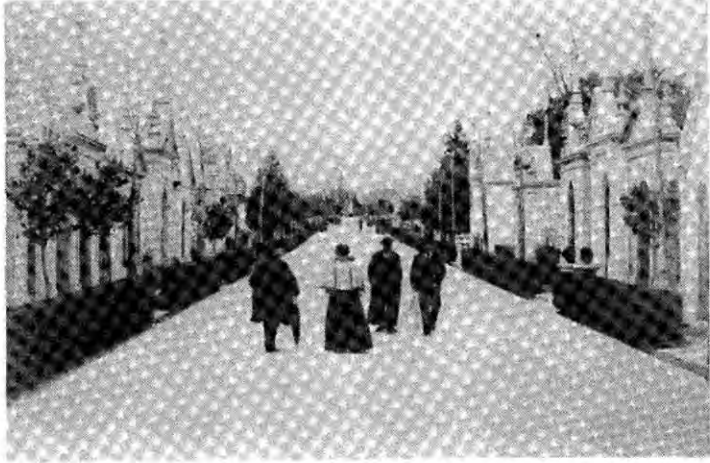
³⁵ «*L'art funéraire, avec ses émotions, ses grandiloquences et aussi ses beautés, est un art en pleine décadence, si tant est qu'il existe encore. Dans la mort aussi, le fonctionnalisme a triomphé. Nous vivons dans des architectures géométriques et reposons sous des dalles froides et nous, sculptées au carré*». OUDIN, Bernard — *Funéraires*. Paris, Chêne, 1979, vd. 1ª pág. da introdução.

³⁶ Neste campo terão as Autarquias um papel fundamental, pois a generalidade dos Cemitérios está na dependência, seja das Câmaras Municipais, seja das Juntas de Freguesia (com excepção, no Porto, do Cemitério da Lapa, a cargo da Venerável Irmandade da Lapa, e do Cemitério do Bonfim, a cargo da Irmandade do Santíssimo Sacramento e do Senhor do Bonfim e da Boa Morte, bem como das secções privativas dentro dos Cemitérios Municipais, mas que se sujeitam às normas gerais a aplicar dentro dos mesmos). Sobre este assunto, cf. SOUSA, D. Gonçalo de Vasconcelos e — *Cemitérios e Autarquias: reflexões sobre a inventariação, estudo e valorização do Património Cemiterial Portuense* (Comunicação a apresentar ao Seminário «Património e Autarquias», a realizar no Porto e em Vila Nova de Gaia de 17 a 19 de Novembro de 1994).

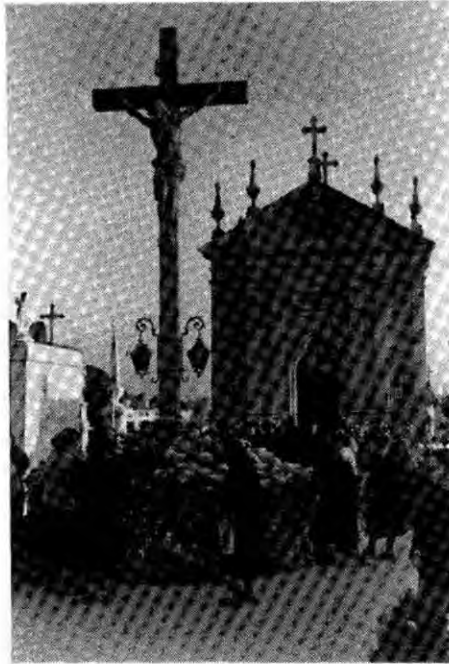
CEMITÉRIO

Dizem que há, por trás dos muros
Lírios, pérolas, abelhas!
Dizem que há bocas vermelhas
De lábios intactos, duros!
Que há quem se vista de seda
Para então se desnudar...
E que as sombras na alameda
Só bolem quando há luar...
Porém, a noite comprida
Cobre esqueletos medonhos...
Primeira noite, dormida
Sem a música dos sonhos!
Nos corvos brincam veludos.
Nos vermes brincam anéis.
Noite em que os homens são mudos
E em que os bichos são os reis.
Dizem que ao longe ainda há rios,
E que há barcos sobre o mar...
Ai! portões, portões sombrios!
Fechai-vos mais devagar!

D. Pedro Homem de Melo — *Pedro.*
Cabanas, s. n., 1975, p. 50 e 51.



Avenida principal do Cemitério do Prado do Repouso, nos finais do século XIX, princípios do século XX. Fotografia de Photo Guedes (A.H.M.P.)



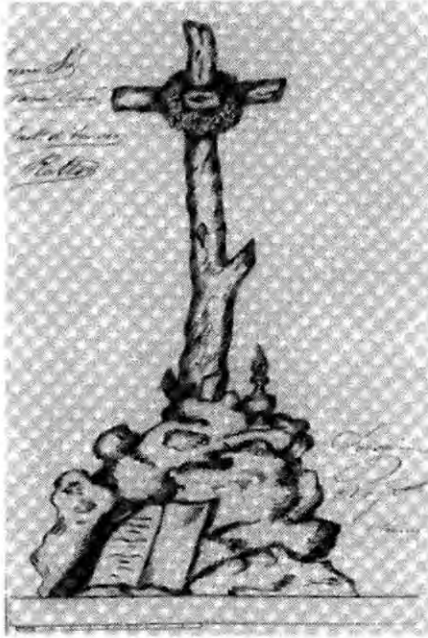
Secção Privativa da Ordem do Carmo no Cemitério de Agramonte, junto à Capela e ao Cruzeiro. Fotografia de Teófilo Rego. (A.H.M.P., Cota MNL13 - B' - 1039)



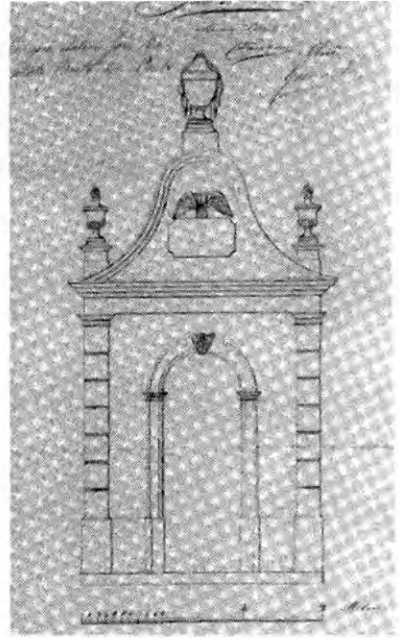
Visita ao Cemitério no dia um de Novembro. Cemitério de Agramonte. Fotografia de Teófilo Rego. (A.H.M.P., Cota MNL13 - B¹ - 1038)



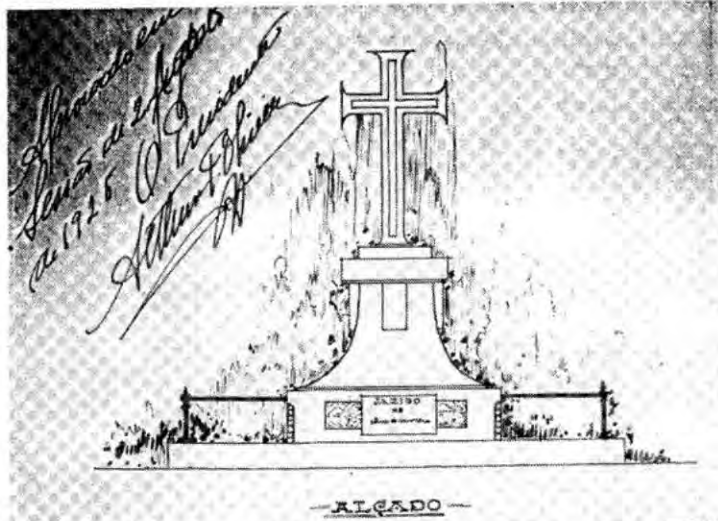
Visita ao Cemitério de Agramonte por ocasião do dia um de Novembro. (A.H.M.P., Cota MNL13 - B¹ - 1037)



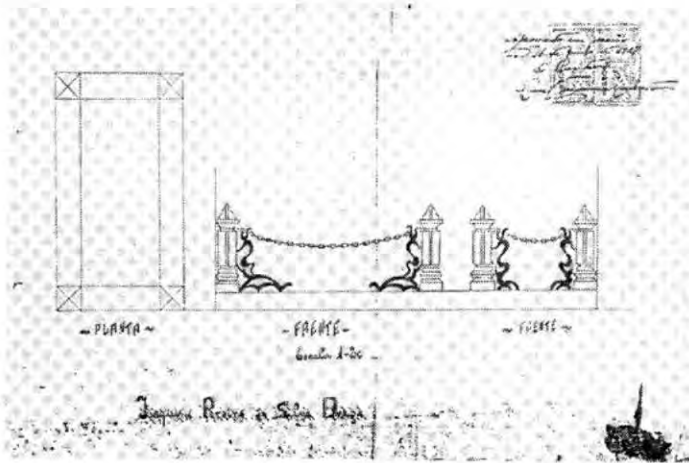
Planta (aprovada em 1870) de um jazigo da autoria de Emídio Carlos Amatucci, no Cemitério do Prado do Repouso [A.H.M.P., *Documentos Originaes Avulsos*, Lº 7 (1870-1871), Ano de 1870, proc. nº 7, f. 104]



Planta para uma capela (aprovada em 1871) a construir no Cemitério do Prado do Repouso [A.H.M.P., *Documentos Originaes Avulsos*, Lº 7 (1870-1871), ano de 1871, proc. nº15, f. 242]



Planta para um jazigo (aprovada em 1925) a construir no Cemitério Paroquial da Foz do Douro [A.J.F.F.D., *Jazigos*, Secção nº 6 (do nº 1 ao nº 12), nº 11]



Planta para um jazigo (aprovada em 1925) a construir no Cemitério Paroquial da Foz do Douro [A.J.F.F.D., *Jazigos*, Secção nº 1 (do nº 1 ao nº 11-A), nº 7]



Pedra de armas na Capela de Arnaldo Ribeiro Barbosa e sua Família, na Secção Privativa da Ordem do Carmo, no Cemitério de Agramonte (Secção E, Jazigo nº 36)



Portão exterior da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, no Cemitério de Agramonte. Pormenor.